

Governo ataca recessão investindo Cz\$ 120 bi

O Governo definiu, ontem, o volume de investimentos que serão aplicados este ano no setor de base da economia, para evitar a recessão econômica: 120 bilhões. Esse total de recursos é proveniente do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), formado pelos empréstimos compulsórios criados no ano passado. Em disponibilidade para aplicação imediata há Cz\$ 31,1 bilhões.

Durante a primeira reunião do ano do Conselho de Orientação do FND, sob a presidência do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, foi definida a distribuição dos recursos da seguinte forma: siderurgia (Cz\$ 30 bilhões), energia elétrica (Cz\$ 30 bilhões), outros setores de base — petróleo, petroquímica, metais não-ferrosos e mineração (Cz\$ 7,5 bilhões), transportes (Cz\$ 18 bilhões), desenvolvimento industrial — setor privado (Cz\$ 19,5 bilhões), agro-indústria (Cz\$ 12 bilhões) e tecnologia (Cz\$ 3 bilhões).

Para sanear as empresas siderúrgicas e aportar investimentos no setor, o FND, segundo Luiz Gonçaga de Mello Belluzzo, secretário-executivo do fundo, vai adquirir as ações das empresas junto ao Tesouro Nacional e em seguida irá capitalizá-las. O FND investirá Cz\$ 26 bilhões enquanto o BNDES entrará com Cz\$ 4 bilhões, para sanear e capitalizar a Companhia Siderúrgica Nacional, a Cosipa e a Usiminas.

Do total de Cz\$ 30 bilhões e a ser investido no setor elétrico; Cz\$ 18 bilhões serão destinados às grandes usinas geradoras e Cz\$ 12 bilhões às empresas geradoras estaduais. As condições de empréstimo serão de 10 anos de prazo para pagamento, 3 anos de carência e juros de 6% a 10%

mais a variação das LBCs. Serão beneficiadas 32 empresas.

Serão destinados Cz\$ 7,5 bilhões de investimentos para a dinamização dos setores petróleo, petroquímica, metais não-ferrosos e mineração. As condições de pagamento serão 10 anos de prazo, 3 anos de carência e juros de 6% a 10 por cento mais a variação das LBCs.

O setor privado receberá Cz\$ 19,5 bilhões. Desse total, Cz\$ 2 bilhões, conforme sugestões do BNDES, serão aplicados no mercado de

ações para dar sustentação às empresas. Os financiamentos terão prazo de até 12 anos para pagamento, juros de 6 a 10% mais a variação da LBC.

A agro-indústria receberá Cz\$ 12 bilhões, dos quais Cz\$ 7,5 bilhões serão destinados à armazenagem e o restante à aplicação de projetos destinados a aumentar a produção de proteínas animais, em particular do porco e frango.

Os setores de Informática, Biologia Genética e Novos Materiais terão investimentos de Cz\$ 3 bilhões.

Sayad envia programa

A proposta de política interna, elaborada pelo Ministério do Planejamento, contendo metas de curto e médio prazos destinadas a ajustar a economia após o fracasso do Plano Cruzado, foi entregue ao presidente Sárney pelo ministro João Sayad. O documento, elaborado pela assessoria da Seplan, propõe uma revisão de algumas metas do plano aprovado pelo Presidente em julho do ano passado, inclusive o crescimento do PIB no corrente ano, reestimado de 7% para 5%.

O Ministério da Fazenda não participou da elaboração do documento, que foi redigido exclusivamente pela assessoria do Planejamento, principalmente Francisco Lúna, chefe da assessoria econômica, e Francisco Lopes, assessor especial. Agora, que se encontra em poder do Presidente, o documento deverá ser discutido com o ministro Dilson Funaro e sua equipe, para receber sugestões antes de ser definiti-

vamente aprovado pelo chefe do Governo.

Sob o pretexto de que a proposta está com o Presidente, a Seplan se recusa a adiantar quais seus itens principais, mas sabe-se que o documento é sintético, enumerando as providências de política interna de curto e médio prazo que devem ser tomadas pelo Governo para obter uma reversão do processo inflacionário, a queda da taxa de juros, a sustentação do crescimento econômico e a recuperação da credibilidade do Governo após o fracasso do Plano Cruzado, além de propostas de ajuste externo.

Sayad manifestou-se contrário a um novo choque heterodoxo e a um re-congelamento de preços e salários, mantendo seu ponto de vista, claramente expresso pelos seus assessores, de que já não há condições de promover um congelamento, principalmente quando os preços relativos continuam desalinhados, apesar dos reajustes concedidos recentemente.